

# NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 07/Ago



cntv@cntv.org.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 3024- Ano 2023



## BAHIA

# SINDVIGILANTES/BA – AÇÃO RÁPIDA E DIÁLOGO EFICAZ GARANTE 2 MILHÕES PARA 160 VIGILANTES DO CARREFOUR

Mais uma empresa picareta some do mapa e deixa pais e mães de família à deriva. A empresa CZ – propriedade de gente ligada às forças policiais do Estado da Bahia, que de acordo com informações chegadas a direção do Sindicato, orientava os vigilantes a agir fora dos padrões profissionais inclusive um grupo de atuação denominado de “CONTENÇÃO”, para coagir, oprimir, e defender a qualquer preço as mercadorias do Carrefour.

Essa mesma empresa segundo informações, obrigava os profissionais a agir em defesa da mercadoria do Carrefour em detrimento da vida e da integridade física, de pessoas, sobretudo em condição de vulnerabilidade.

Após um episódio de espancamento que veio a público apurado pela PC, o Carrefour, rescindiu unilateralmente o contrato, e como de praxe a empresa de segurança sumiu do mapa. “Os graduados da popó” deram o “ninja” com a grana dos vigilantes e na calada da noite, colocaram os móveis da empresa num caminhão e sumiram, inclusive sem pagar até mesmo o aluguel do imóvel onde funcionava a empresa.

Foram 160 vigilantes à deriva, já desesperados, sem norte e sem qualquer possibilidade de receber da CZ seus direitos. Foram obrigados a assinar os TRCT's, sem receber um tostão.

A Direção do nosso SINDVIGILANTES/BA, atuou rápido, notificou o Carrefour, para reter o saldo de fatura e qualquer outro crédito da CZ Segurança para garantir o pagamento dos vigilantes, que a essa altura, em estado de desespero já faziam manifestação na frente da principal loja da rede na Capital baiana.

Em uma ação rápida, eficaz e sobretudo de condução séria do nosso Setor Jurídico, com o Setor de Relação Sindical do Carrefour – localizado em SP, o processo de negociação foi instalado, e culminou, em pouco mais de quarenta dias, com o pagamento dos direitos dos vigilantes. Num processo negociação, sem ajuizamento de processo, um total de R\$ 2 milhões depositados diretamente na conta do nosso SINDVIGILANTES/BA, para ser repassados aos trabalhadores.

Dessa forma, colegas vigilantes, seja associado ou não, seu manto de proteção é seu Sindicato, com uma diretoria seria e atuante, destemida e sem fugir da luta, que está sempre a sua disposição e atua para combater o patrão caloteiro, quebrão e empresas que vêm ao mercado para explorar seu trabalho, derramar seu sangue, e expor ou até mesmo tirar a sua vida.

Diga não ao desrespeito, defenda seu direito e sua dignidade. Junto somos mais fortes.

**SINDVIGILANTES/BA – SINDICATO DE VERDADE. SINDICALIZE-SE.**

# SINDICATO CONVOCA VIGILANTES DA PORTAL SUL PARA REUNIÃO



O Sindivigilantes do Sul convoca todos os vigilantes da Portal Sul Vigilância para uma reunião urgente, em dois dias, a escolher, a fim de facilitar a participação de todos (as): segunda e terça-feira, às 09 horas, na sede do sindicato, na Rua Voluntários da Pátria, nº 595, 5º andar.

As reuniões vão acontecer a pedido dos vigilantes da empresa, para tratar dos problemas de atrasos nos pagamentos que vêm se repetindo com muita frequência.

Estarão presentes o presidente do sindicato, Loreni Dias, e o advogado Maurício Vieira da Silva, para discussão da situação, esclarecimentos e orientações aos trabalhadores e trabalhadoras.

Chegaram ao sindicato denúncias de atrasos no pagamento do reajuste dos salários e vale-alimentação previsto na convenção coletiva, retroativo à data-base (1º de fevereiro), pagamento incorreto de adicional noturno e

hora noturna reduzida, FGTS não recolhido, entre outras irregularidades que foram denunciadas.

Neste sentido, a direção do sindicato e a assessoria jurídica já vêm tomando providências na defesa da categoria, que serão informadas na reunião de segunda-feira. Por isso, não deixe de comparecer, venha e esclareça suas dúvidas e não abra mão de seus direitos.

**Serviço:**

**O quê:** Reunião dos vigilantes da Portal Sul no sindicato

**Quando:** segunda e terça-feira, dias 07 e 08

Horário: 09 horas

**Quem:** trabalhadores (as), presidente Loreni Dias e assessor jurídico Maurício Vieira da Silva

**Local:** Sindivigilantes do Sul

Endereço: Rua Voluntários da Pátria, 595/5º andar

Fonte: Sindivigilantes do Sul

# Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos (PNCBA) do Mês de julho

**DIEESE**

**Cálculo**

Em julho de 2023, o **salário mínimo necessário** para manutenção de uma família de quatro pessoas deveria equivaler a **R\$ 6.528,93**



O DIEESE divulgou dia 04/08, sexta-feira, os dados de julho da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos (PNCBA).

## **Cestas mais caras**

- Porto Alegre (R\$ 777,16)
- São Paulo (R\$ 769,95)
- Florianópolis (R\$ 746,66)

## **Cestas mais baratas**

- Aracaju (R\$ 547,22)
- João Pessoa (R\$ 581,31)
- Recife (R\$ 592,71)

Obs.: Nas cidades do Norte e Nordeste a composição da cesta é diferente das demais capitais

## **Salário mínimo necessário**

Em julho de 2023, deveria ter sido R\$ 6.528,93 4,95 vezes o mínimo de R\$ 1.320

Cesta x salário mínimo

O tempo médio necessário para adquirir os produtos da cesta básica foi de a 111 horas e 08 minutos. Após desconto de 7,5%, referente à Previdência Social, o trabalhador remunerado pelo piso nacional comprometeu, em média, 54,61 do rendimento para adquirir os produtos em julho.

A pesquisa completa está disponível no site do DIEESE

<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2023/202307cestabasica.pdf>

## **Relator vai incorporar política de valorização permanente à MP do salário mínimo**

**Estudos do Dieese apontam que, a cada real acrescido ao salário mínimo, 18 mil empregos são criados**

Marcos Oliveira/Agência Senado



Comissão mista se reuniu na terça-feira

O relator da Medida Provisória 1172/23, que estipula o valor do salário mínimo, deputado Merlong Solano (PT-PI), afirmou que vai incorporar ao texto da MP regras para a valorização permanente do piso salarial nacional. Em audiência pública na comissão que analisa a proposta, ele ressaltou que os critérios de reajuste foram enviados ao

Congresso pelo próprio governo. Se aprovada, a política já passa valer a partir do ano que vem.

Merlong Solano esclareceu que os critérios adotados são os mesmos utilizados para correção do mínimo entre 2007 e 2019.

“Pelo que está no projeto de lei de conversão, que é o mesmo que está no PL que o governo enviou para esta Casa, o salário mínimo a partir de 1º de janeiro de 2024 passará, uma vez aprovado e sancionado, a ser reajustado pela inflação do ano anterior, apurada até novembro, acrescida do PIB do segundo ano anterior ao ano do reajuste”, explicou.

De acordo com a supervisora do escritório regional do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) em Brasília, Mariel Angeli Lopes, enquanto esteve em vigor, a política de valorização proporcionou aumento real de 77% no valor do salário mínimo. Ainda assim, depois de mais de quatro anos com correção apenas pelo índice de inflação, o valor do piso nacional hoje corresponde a apenas 52% do que valia quando criado, em julho de 1940, conforme Mariel.

Por isso, a representante do Dieese defende que a política de valorização permanente seja prevista em lei.

“A gente tem de recuperar esses valores que foram perdidos nesse último período, após o fim da política de 2019, ao mesmo tempo que tem de ter essa política de valorização permanente inscrita na legislação para que, independente da mudança de governo, que os trabalhadores sejam contemplados com valorização dos salários, e que eles recebam os frutos do crescimento econômico”, afirmou.

Pelos cálculos do órgão, para cobrir todas as despesas básicas do trabalhador previstas na Constituição, como moradia, educação, saúde e lazer, o mínimo deveria corresponder hoje a R\$

6.300,00. Com a correção concedida em maio por meio da MP em análise, o valor chegou a R\$ 1.350,00.

Ainda segundo Mariel Lopes, mais de 54 milhões de brasileiros recebem o mínimo, seja como salário direto ou como benefício social. Além disso, 20 milhões de aposentados do INSS também recebem o piso nacional.

### **Crescimento econômico**

Estudos do Dieese apontam que, a cada real acrescido ao salário mínimo, 18 mil empregos são criados. Além disso, esse real acrescentado corresponderia a quase R\$ 1,3 bilhão a mais no Produto Interno Bruto do País.

Conforme afirma o presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros, Antônio Neto, isso ocorre porque os trabalhadores de menor renda aplicam tudo o que recebem na economia local.

“Quem recebe salário mínimo, que são milhões de brasileiros, não aplica na bolsa de valores. Eles fazem o consumo nas comunidades em que vivem, então, eles fazem girar a economia principal do País. É por isso a projeção dos dados pelo Dieese, de que 1 real colocado no salário mínimo dá um desdobramento fantástico em geração de emprego, na renda do País e no PIB brasileiro.”

Segundo o presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros, Antônio Neto, se os critérios de correção propostos – inflação mais crescimento do PIB – forem aprovados, em 2024 o salário mínimo já terá aumento real de 2,9%. Ainda assim, ele defende ser necessário também recompor a perda de 5,4% de valor, ocorrida nos últimos anos, entre 2019 e 2023.

Reportagem - Maria Neves

Edição - Ana Chalub

Fonte: Agência Câmara de Notícias

# Comissão aprova projeto que prevê piso salarial de R\$ 3.845,63 para guardas municipais



Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

**Zucco: não adianta investir em estruturas, se o guarda municipal não receber remuneração digna**

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 2298/22, que estabelece piso salarial de R\$ 3.845,63 para os guardas municipais. Esse valor deverá ser atualizado pela variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

O relator, deputado Zucco (Republicanos-RS), recomendou a aprovação da proposta. “De nada adianta investir em estruturas, equipamentos, programas e capacitação se o guarda municipal não receber uma remuneração mínima digna do esforço e do sacrifício que faz em prol da população”, disse o relator.

O texto aprovado determina ainda que o piso salarial para os guardas municipais

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

entrará em vigor na sanção da futura lei, independentemente da jornada de trabalho e assegurados os salários e remunerações eventualmente superiores.

“As guardas municipais são uma alternativa de segurança pública, e reconhecer um piso salarial é um dever com os serviços prestados em todo o Brasil”, afirmou o autor da proposta, deputado Capitão Alberto Neto (PL-AM).

## Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem – Ralph Machado

Edição – Natalia Doederlein

Fonte: Agência Câmara de Notícias

www.cntv.org.br  
cntv@terra.com.br  
(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,  
Térreo, lojas 09-11  
73300-000 Brasília-DF